



Governo recua e negociações voltam a estaca zero

Depois de demorar uma semana para marcar a nova negociação com os servidores da saúde, o governo enfim recebeu a comissão de negociação em audiência na manhã de quarta-feira (23/05). A resposta do governo foi rápida e direta: não teriam qualquer proposta pra apresentar além do pagamento dos plantões indenizatórios.

Por parte do governo estavam presentes o secretário de administração, Áber Nóbrega, consultor geral, José Marcelo, secretária interina de saúde, Dorinha Burlamaqui e o representante do setor de recursos humanos da Sesap Hildeberto. Da comissão de negociação estavam os diretores do Sindsaúde, Sônia Godeiro e Marcelo Melo, o diretor da regional de Mossoró, João Moraes e os representantes da base Carlos Alberto e Angela Monteiro, e o presidente do sindicato de odontologia, Ivan Tavares.

Os representantes do governo iniciaram falando sobre a visita dos representantes do tesouro nacional que acompanharam os problemas com as reivindicações do funcionalismo e aconselharam que nada fosse feito até que se saia do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A partir de então eles analisaram as reivindicações e diante da previsão do quadrimestre decidiram que não haveria como cobrir as necessidades pleiteadas. Ou seja, não vão negociar com os servidores.

De acordo com eles, conforme auditorias que estão sendo feitas nas folhas de pagamento com cruzamentos com o INSS, estão sendo encontrados problemas como mortos, pessoas sem trabalhar e outras coisas que deverão ser ajustadas para só então poder voltar a negociar. Só mortos já são 173 pessoas e mais de 500 com mais de 70 anos.

O governo criticou o ofício enviado pelo sindicato pois foi bastante diferente do que foi apresentado pelo governo na última negociação, que segundo eles, sequer foi uma proposta oficial.

Segundo o secretário de administração a contra-proposta apresentada pelo sindicato significa 1,42% a mais no índice do limite prudencial. Garantiu apenas o pagamento dos plantões indenizatórios em folha extra, sendo a primeira parcela em 6 de junho. E ainda pediu o retorno imediato ao trabalho.

O sindicato falou que frente ao aumento crescente na receita do governo, pelo fato da folha ser bastante injusta uma vez que

apesar de alta beneficia uma parte pequena de apadrinhados e de que o governo saber a “batata quente” que estava assumindo é preciso resolver o problema.

O governo está alardeando que o Rio Grande do Norte é o estado que possui o maior gasto com pessoal do Nordeste, mas esquece de dizer que desse montante mais de 50% é gasto com cooperativas e pessoal terceirizado, ou seja, não está valorizando seus servidores.

O Sindsaúde argumentou que o governo deve pelo menos apresentar uma proposta, mesmo que seja menor que a pleiteada pelos servidores para que se mantenha aberto o canal de negociação.

CONTRA-PROPOSTA

O Sindsaúde propõe que para que não seja fechado o canal de negociação seja apresentada uma contra-proposta enxuta para novas audiências:

- reajuste de 21% nas gratificações;
- incorporação das gratificações em 2013 sendo 50% no primeiro semestre e 50% no segundo;
- manter a mesa de negociação com os servidores para avaliar leis, concursados, tabela de incentivo à qualificação, abastecimento, reformas, entre outros assuntos.

Esclarecimento

Estamos pedindo a incorporação das gratificações por dois motivos:

- 1) Haverá um aumento indireto em adicionais noturno e insalubridade e adicional de tempo de serviço (ADTS).
- 2) Evita que, se algum dia, algum governo resolva ATRAVÉS DE LEI, acabar com as gratificações nós já as tenhamos garantidas.

HOJE EM DIA É GARANTIDO QUE AS GRATIFICAÇÕES SÃO LEVADAS PARA A APOSENTADORIA, ALGUMAS VEZES É PRECISO ENTRAR COM RECURSO INTERNO NA SESAP.

Propostas de atividades da semana

- Sexta-feira (25/05)

Participar da #revoltapotiguar, movimento de descontentes que ocorre a partir das 18h na calçada do Midway

- Segunda-feira (28/05)

BO no Santa e Maria Alice num só dia na 9ª DP - concentração no Santa às 9h, caminhada ou carreata

- Terça-feira (29/05)

Movimento conjunto com UERN e Sinai na Governadoria - 9h

- Quarta-feira (30/05)

BO em Mossoró sobre Hospital Regional Tarcísio Maia - com caravanas

- Quinta-feira (31/05)

Nova Assembleia, 9h, Sinpol

Saúde vira caso de polícia



Hospital Regional de Macaíba, mas segundo ele só poderia receber a denúncia a cerca do Walfredo por fazer parte de sua circunscrição.

De acordo com o delegado que recebeu a denúncia crime, Natanion de Freitas, será aberto inquérito para apurar as denúncias e que será preciso apoio dos sindicatos para arrolar testemunhas e descrever casos que realmente tenham como causa o descaso do estado. Na manhã de terça-feira (22/05) foi a vez do Hospital Giselda Trigueiro. De lá saíram em passeata pela avenida Mário Negócio até à 7ª DP onde entregaram um relatório a respeito do curto-circuito ocorrido na Unidade de Terapia Intensiva, na última sexta-feira e outros problemas que vêm dificultando o atendimento aos pacientes.

Na sexta-feira, 18 de maio, por volta das 16h, um curto circuito na parte elétrica do Hospital Giselda Trigueiro fez com boa parte dos aparelhos da UTI parassem de funcionar e houve grande correria para que os pacientes fossem transferidos.

O delegado titular da 7ª DP, Raimundo Lucena, recebeu o relatório e prometeu encaminhá-lo à Degepol. Segundo ele o delegado geral deverá determinar se o inquérito será aberto na jurisdição do hospital ou da Secretaria de saúde.

O Sindsaúde RN, o Sinmed e o SOERN entregaram à polícia na manhã desta sexta-feira (18/05) um relatório sobre o desabastecimento das unidades hospitalares de Natal.

O objetivo é denunciar às condições a que são submetidos os pacientes e que muitas vezes perdem suas vidas devido a falta de insumos. Servidores, médicos e odontólogos saíram em carreata do Walfredo Gurgel em direção à 3ª DP localizada no Alecrim. Lá apresentam o relatório das condições dos hospitais Walfredo Gurgel, Deoclécio Marques, Santa Catarina e

Lei de Responsabilidade Fiscal

Desde que foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal só tem servido para impedir negociação com servidores. Nós propomos que o estado transfira os gastos com aposentados e pensionistas para outras despesas correntes para que possa voltar a negociar. Isso já foi feito em outros estados da federação como MG, RJ, PB e CE. Aqui isso é feito à conveniência do governo. Eles retiram apenas a quantidade necessária para manterem-se no limite prudencial. Com isso não perdem as verbas federais e ainda têm argumentos para não negociar com servidores.